

CONSERVADORISMOS, FASCISMOS
E FUNDAMENTALISMOS



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Ronaldo de Almeida
Rodrigo Toniol
(organização)

CONSERVADORISMOS, FASCISMOS
E FUNDAMENTALISMOS
Análises conjunturais

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

C765 Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais / organização: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

1. Conservadorismo. 2. Fascismo. 3. Fundamentalismo. 4. Política – Brasil.
I. Almeida, Ronaldo de. II. Toniol, Rodrigo. III. Título.

CDD - 320.52
- 320.533
- 320.557
- 320.981

ISBN 978-85-268-1455-4

Copyright © Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol

Copyright © 2018 by Editora da Unicamp

1ª reimpressão 2019

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

<i>Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol</i>	7
1. A ONDA CONSERVADORA NA POLÍTICA BRASILEIRA TRAZ O FUNDAMENTALISMO AO PODER? <i>Joanildo Burity</i>	15
2. DONALD TRUMP É FASCISTA? <i>Alvaro Bianchi e Demian Melo</i>	67
3. OS PROTESTOS E A CRISE BRASILEIRA. UM INVENTÁRIO INICIAL DAS DIREITAS EM MOVIMENTO (2011-2016) <i>Luciana Tatagiba</i>	87
4. CRISE, ALUCINOSE E MENTIRA: O ANTICOMUNISMO DO NADA BRASILEIRO <i>Tales Ab'Sáber</i>	117
5. ANTIBOLIVARIANISMO À BRASILEIRA <i>Yara Frateschi</i>	143
6. DEUSES DO PARLAMENTO: OS IMPEDIMENTOS DE DILMA <i>Ronaldo de Almeida</i>	163
SOBRE OS AUTORES.....	195

INTRODUÇÃO

Ronaldo de Almeida

Rodrigo Toniol

Os capítulos aqui reunidos são parte dos textos apresentados e debatidos durante o Fórum “Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos”, realizado em agosto de 2016, com o apoio e a promoção do Fórum “Pensamento Estratégico” (Penses) da Universidade Estadual de Campinas. As reflexões pretenderam lançar luz sobre a conjuntura nacional, sem perder de vista a cena internacional, marcada por uma crise política desencadeada pelos protestos de rua de 2013 e que ainda não encontrou desfecho. Por pura coincidência, o evento ocorreu um dia antes da votação final, no Senado Federal, do impedimento de Dilma Rousseff à Presidência da República do Brasil. Trata-se, portanto, de uma discussão ocorrida no calor da hora e atualizada para esta publicação.

Como dimensão transversal aos textos, constata-se a percepção de que está em curso um processo de “endurecimento” das relações políticas, sociais e culturais em detrimento de algo que pode ser metonimicamente denominado como universo dos direitos. Daí o caráter intencionalmente hiperbólico do título do fórum.

Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo são palavras que têm sido mobilizadas com frequência no debate público, mas, afinal, qual sua real capacidade descritiva e analítica? Cada

um desses termos remete a casos históricos fundantes, cuja caracterização está diretamente associada a atores específicos, implicados em conjunturas histórico-sociais particulares. Trata-se, nessa perspectiva, de categorias analíticas capazes de remeter, num só ato de enunciação, à complexidade política, cultural e econômica de certas configurações históricas. No entanto, é notório que o emprego desses termos não está limitado a remissões aos eventos aos quais eles se associam genealogicamente. De modo que também é possível acioná-los como fonte de um repertório simbólico que, embora lastreado pela história, ultrapassa a especificidade de seus eventos originários. O caso histórico, nessa situação, é colocado em função da análise do momento presente, que não corresponde com precisão ao “evento fundante do termo”, mas com ele se articula porque reverbera configurações que, embora variadas, se repetem.

A cartografia da ocorrência dessas palavras torna-se tarefa ainda mais arduosa quando constatamos outra modalidade corrente de seus usos: como categorias de acusação. Nessa versão, cada vez mais constante nos noticiários televisivos, na imprensa escrita e nas redes sociais, não é a fidelidade histórica ou a qualidade analítica do repertório simbólico dos termos o que está em jogo, mas sim sua potência evocativa, capaz de tornar pública a indignação de uns com relação à postura de outros.

Os capítulos reunidos neste livro têm como objetos centrais de reflexão a conjuntura política e cultural atual e os usos das três categorias que o intitulam. Para tratá-las, a saída encontrada por seus organizadores não foi a de oferecer definições a elas e, a partir daí, convidar os autores para reflexões concertadas *a priori*. Pelo contrário, a proposta inicial foi justamente a de refletir sobre esses termos assumindo a imensa variabilidade de definições e usos que se faz deles. Isso está expresso nas múltiplas abordagens teórico-metodológicas empregadas em cada um dos

capítulos e, principalmente, no variado conjunto de dados analisados. Nos textos que seguem, o leitor acompanhará reflexões que tomam como referência: a presença dos evangélicos na política brasileira, os protestos de rua cuja intensificação deu-se após junho de 2013, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, as últimas disputas entre governo e oposição durante os mandatos de Dilma Rousseff e, ainda, a presença pública das religiões e o arcaísmo da política brasileira analisados a partir da estética de filmes do cinema nacional. Além de todas essas variações empíricas, que tornam tão abrangentes as análises aqui apresentadas, adiciona-se ainda outra característica que contribui para a diversificação dos estilos dos capítulos que seguem, as distintas identidades disciplinares de seus autores; são elas: ciência política, filosofia, antropologia, história e psicanálise. Desde sua concepção, a proposta deste livro foi a de apostar na multiplicidade (de perspectivas e de situações) como caminho para a ampliação de nosso entendimento sobre as possibilidades analíticas das categorias que ele privilegia, bem como de nossa capacidade de avaliação de casos e contextos a elas associados. Assim, ao tematizarmos conservadorismos, fascismos e fundamentalismos, o que nos interessa, por um lado, é refletir sobre como essas categorias mobilizam e são mobilizadas e, por outro, identificar as tendências dessa conjuntura caracterizada por fortes inflexões políticas e culturais.

O capítulo de abertura deste livro tem como título a pergunta que endereça todo o argumento do texto: a onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? O cientista político Joanildo Burity apresenta seu quadro de análise partindo do que ainda parece ser tratado como uma novidade no cenário político brasileiro, mas cujo início pode ser traçado três décadas atrás, quando os mundos político e acadêmico brasileiros tomaram conhecimento, de surpresa, do surgimento

de um novo e proeminente ator na cena pública: os pentecostais. O argumento de Burity propõe que distanciemos um pouco o foco da discussão sobre o componente fundamentalista do defendido por esses religiosos, para, primeiro, perceber um regime de publicização da religião, que é irreduzível às categorias “fundamentalismo”, “conservadorismo” ou “fascismo”, e, segundo, identificar uma nova governamentalidade emergente nucleada no conceito de tolerância, agora disputada, contestada pelos conservadorismos, fascismos e fundamentalismos, mas nada neutra ou inocente. Nesses dois regimes, a religião pública e a tolerância, parece que são jogadas algumas das disputas mais importantes e fundamentais para entendermos o que será o Brasil dos próximos anos. Mas seria apenas isso que estaria em jogo? O Brasil dos próximos anos? São essas duas perguntas que desencadeiam os principais argumentos do capítulo.

O texto da sequência desloca o campo empírico-analítico da crise político-institucional brasileira de 2013-2016 para o pleito eleitoral estadunidense que elegeu Donald Trump. A pergunta que o intitula apresenta o quadro geral de reflexão elaborado pelo cientista político Alvaro Bianchi e pelo historiador Demian Melo: “Donald Trump é fascista?”. Certamente haveria razões para responder a essa questão, rapidamente, de maneira positiva. Amparados por uma intensa revisão do “fascismo” como categoria de análise, os autores enfrentam a pergunta que mobiliza o texto a partir de sua pertinência analítica e não de sua retórica política. É nesses termos que a pergunta do título é abordada e, principalmente, é dessa maneira que o texto de Bianchi e Melo produz um deslocamento mais geral nas reflexões presentes neste livro, não apenas porque muda seu *locus* empírico para longe do Brasil, mas também porque faz do contexto analisado seu ponto de partida para avaliar a capacidade analítica do conjunto de categorias sobre as quais esta obra pretende refletir.

Numa espécie de movimento circunvolutivo de análise de conjuntura política, que ora se aproxima do contexto institucional partidário, ora se afasta dele para privilegiar, justamente, as manifestações de sua negação, o terceiro capítulo do livro aborda o tema dos protestos no Brasil. Luciana Tatagiba faz uma leitura abrangendo o período entre 2011 e 2016 e propõe-se responder: Quem são os atores coletivos que plasmaram o turbulento ciclo de mudanças pelo qual passamos nessa década? Quais as teias relacionais a partir das quais engendram suas identidades coletivas? Quais são seus projetos políticos? Quais as relações que estabelecem com o campo político-institucional? Quais as suas narrativas sobre a democracia? O que esperam do Estado? Que tendências esses processos emergentes apontam para a reconfiguração das relações entre sociedade civil e sociedade política no Brasil em médio e longo prazos? Para respondê-las, a autora analisa em minúcia todos os protestos noticiados do primeiro ao último dia de mandato do governo Dilma. O resultado é uma série cuja detalhada depuração não deixa dúvidas sobre a variedade da natureza dos protestos realizados e tampouco sobre a capacidade de catalisação política que esses cinco anos tiveram para a história do país.

Na sequência, o psicanalista Tales Ab'Sáber parte do que considera ser um momento extraordinário de revelação do Brasil, um momento íntimo e raro em que o país produz intensamente a si próprio. Tales está se referindo à onda de protestos que ocuparam as ruas pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Esse foi um evento significativo, quando a nação se instanciou e nesse ato nos deu uma brecha para um exercício de aprendizado sobre nós mesmos. O elemento articulador de sua análise, no entanto, não são os materiais recolhidos diretamente nos protestos, mas sim a estética de filmes do cinema nacional, como *Cabra marcado para morrer* – como se sabe, um filme feito em dois

tempos, entre 1964 e 1984, por Eduardo Coutinho e seus companheiros de viagem – e *Terra em transe*, de Glauber Rocha. A sedução do texto de Tales está em transformar uma ampla variedade de elementos, aparentemente dispersos – como filmes, literatura, notícias de jornal e cartazes em protestos ocorridos nos últimos anos – em partes de uma única trama, que é capaz de narrar certas permanências da cultura política brasileira.

O texto da filósofa Yara Frateschi está dedicado à análise do discurso que assume o “antibolivarianismo” como reação à instauração da Política Nacional de Participação Social (PNPS), em 2014. Certamente, argumenta a autora no início de seu empreendimento genealógico sobre as disputas políticas implicadas na aprovação dessa política, a reação parlamentar que culmina com o projeto de decreto legislativo 1.491 e susta os efeitos da PNPS foi mais uma etapa na batalha do Poder Legislativo contra Dilma Rousseff. Contudo, a análise que Frateschi elabora sobre aquele discurso faz ver que o seu alcance é mais profundo do que a mera imposição de mais uma derrota ao governo federal, uma vez que faz incidir críticas sobre o próprio modelo de cidadania estabelecido no Brasil depois do fim do regime militar. Essa é a faceta mais perversa daquele evento, pois que não está endereçada apenas a este ou àquele governo, mas compromete a própria possibilidade de aprofundamento e ampliação da democracia brasileira que, sabem os seus opositores, depende do empoderamento dos movimentos sociais e das minorias políticas, bem como da possibilidade da sua participação na formulação de políticas públicas. Assim, num esforço de síntese, o texto de Yara traça as características do modelo de democracia e cidadania que tem se estabelecido no Brasil. Um modelo que cada vez mais rejeita as formas públicas de discussão e argumentação, reduzindo as práticas e possibilidades decisórias da população e que também tem sufocado o exercício mesmo da própria representação. Pensando

à luz de um quadro mais amplo e retrocedendo um pouco mais na história recente do país, a autora mostra que o discurso “antibolivariano” compõe esse quadro de disputa pelo modelo de cidadania da nação.

Por fim, no último capítulo, o antropólogo Ronaldo de Almeida apresenta uma densa narrativa, capaz de refazer a cena, para o leitor, da votação de admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, ocorrida em 17 de abril de 2016. A partir desse contexto, Almeida analisa o que vem sendo denominado como “onda conservadora” e pergunta-se como os evangélicos participam desse processo no Brasil. Seu argumento central é o de que o país passa por mudanças em diferentes dimensões e escalas da vida política, social e cultural que caminham em direções variadas, mas convergentes em alguns aspectos. Trata-se do que denomina de conexões parciais, que conformam um movimento mais geral em direção ao conservadorismo. Para demonstrar esse argumento, o texto faz dois movimentos. No primeiro, discute algumas declarações de parlamentares durante a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, identificando o jogo das forças políticas envolvidas. No segundo, analisa a “onda” decompondo-a em quatro linhas de força centrais: economicamente liberal, moralmente reguladora, politicamente autoritária e socialmente intolerante.

Este livro não tem como objetivo apresentar definições finais para cada uma das três palavras que o intitulam. Antes disso, o esforço é o de apresentar uma cartografia das variações nos modos pelos quais essas palavras são acionadas, seja por seus vínculos históricos, por sua qualidade analítica ou ainda quando articuladas como categoria de acusação. É por isso que optamos por usar a forma plural desses termos, indicando que, mais que se empenhar em singularizá-los, vale investir na análise da diversidade de suas ocorrências e de seus usos.

A ONDA CONSERVADORA NA POLÍTICA BRASILEIRA TRAZ O FUNDAMENTALISMO AO PODER?

Joanildo Burity

Introdução

Há 30 anos os mundos político e acadêmico brasileiros tomaram conhecimento, de surpresa, do surgimento de um novo ator na cena pública: os pentecostais. Desde então, muito se tem dito e escrito a respeito deles, que cresceram demograficamente de modo notável no período (o *take-off* começou ainda nos tempos da ditadura militar), após cerca de 60 anos de relativa invisibilidade e insignificância numérica na sociedade. Ao aparecer publicamente, em meados dos anos 1980, os pentecostais já representavam mais da metade de todos os protestantes brasileiros, e esse percentual cresceu, aproximando-se de dois terços. Não apenas isso, mas “pentecostal” ou “carismático” tornou-se um atributo de identidade religiosa de muitos protestantes em igrejas chamadas históricas, que absorveram essa espiritualidade e esse *ethos*, após escaramuças doutrinárias e divisões eclesiais entre fins dos anos 1960 e fins dos anos 1970 (a chamada “renovação espiritual”, o movimento carismático evangélico).

Desde o início de sua atuação pública recente, os pentecostais se notabilizaram pela polêmica, dada sua estridente denúncia de discriminação e perseguição religiosa e de uma “ameaça comunista” pairando sobre o país, na saída do regime militar (nisso,

nenhuma novidade em relação aos evangélicos tradicionais e a amplos setores católicos). Depois, por seu corporativismo desbragado e por uma sequência de casos de corrupção, que chegaram a impactar duramente, em dois momentos eleitorais, a estratégia de construção de um bloco evangélico no Congresso.¹ Por fim, tornados uma espécie de fiel da balança no tabuleiro eleitoral nacional desde fins dos anos 1990, os pentecostais² são hoje parte ineludível do cenário político brasileiro. Seu perfil, mantendo os traços já mencionados, aprofundou-se nos últimos anos pelo acirramento da disputa com outros atores minoritários igualmente beneficiados pelo processo de democratização brasileiro – mulheres, pessoas negras, indígenas e minorias sexuais, entre outros.

¹ Essa estratégia não foi inteiramente elaborada previamente, nem conduzida pelas mesmas mãos, ao longo do período. “Os pentecostais”, como “os evangélicos”, não são, sabidamente, um grupo monolítico, nem possuem uma liderança convergente em nível nacional (muito menos regional ou local). Há correntes e líderes, mais ou menos bem-sucedidos, mas, por razões estruturais do protestantismo, nenhuma unidade de comando possível existe. Assim, o sucesso da estratégia tem se devido, curiosamente, a sua flexibilidade e sua condução pragmática, numa palavra, a sua contingência. Amplamente suprapartidária e policêntrica, a existência da “bancada evangélica”, em si, nunca foi suficiente para assegurar coesão. Isso veio politicamente, primeiro pela disputa antimajoritária com a Igreja Católica, depois com “os comunistas” e, mais recentemente, contra feministas, LGBTs, militantes negros(as) e indígenas e o “marxismo cultural”. Um processo de sobredeterminação, portanto, não uma sequência cronológica ou uma unidade de propósitos, articula esses momentos ao longo do tempo.

² Ou “os evangélicos”, como se passou a denominar o campo formado por um coletivo na verdade bem heterogêneo dos pontos de vista ideológico, partidário e ético-político. “Os evangélicos” é um termo-valise, que expressa um bem-sucedido processo de hegemonização do campo protestante pelos pentecostais, iniciado ainda em fins dos anos 1970, por iniciativa de uns poucos visionários pentecostais (criadores da tese do “irmão vota em irmão”), e consolidado em poucos anos a partir do sucesso eleitoral de 1986. “Os evangélicos” estão para a luta interna pela hegemonia do campo protestante como a “bancada evangélica” está para a luta externa por influência na sociedade e na política nacionais. Ambos são *pontos nodais* – ou seja, termos que “amarram”, “compactam” e sinalizam a existência de um sujeito coletivo e servem de ponto de referência para interpelar outros, aliados e adversários, para uma estratégia político-religiosa pentecostal, ancorados na plausibilidade e na “evidência” produzidas pelo crescimento numérico ininterrupto desse segmento cristão ao longo de cerca de 50 anos. Por isso mesmo, não são referentes de uma objetividade dura e previamente dada, mas ingredientes de uma prática hegemônica. De uma política, de um projeto.

Até aqui, nenhuma novidade. Nenhum dado novo para complicar a narrativa-padrão dos discursos acadêmicos, midiáticos e dos diversos atores – aliados e adversários – da minoritização pentecostal.³ O perfil preponderantemente conservador, moral e político, quase que independente do posicionamento partidário, não se alterou. Apenas tornou-se mais desabrido. Nada que não soubéssemos, mas mais incisivo e escancarado.

Mas há, sim, um dado novo. Na conjuntura pós-eleições presidenciais de 2014, a desenvoltura e o protagonismo com que o bloco pentecostal hegemônico (“os evangélicos”/a “bancada evangélica”) se moveu entre o Legislativo e o Executivo e mobilizou a “sociedade civil” e a “indústria cultural” evangélicas do país em seu favor projetaram esse ator de forma notável no cenário político que se foi conformando até o desfecho no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a formação do governo do ex-vice-presidente Michel Temer. Não apenas isso, mas, de uma coalizão liderada pelo PT, o principal partido de esquerda das últimas décadas no Brasil, emergiu uma das mais reacionárias formações políticas da história republicana do país (em si mesma não exatamente um primor de progressismo!), da qual “os evangélicos” parecem ser, e isso é o que surpreende, uma força-chave. Formação política que tem derrubado por terra um enorme e apenas parcialmente bem-sucedido esforço de alinhar a trajetória institucional da democratização com a trajetória de auto-organização da sociedade civil e dos movimentos sociais e populares.

Em agosto de 2016, no dia em que se julgou a admissibilidade do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, um grupo de in-

³ Sobre minoritização religiosa, não tenho como elaborar aqui. Só posso remeter a outros escritos recentes, nos quais me estendi mais a respeito: Burity, 2015; 2016b; 2016c.

telectuais reuniu-se na Unicamp⁴ para compreender esse dado novo. Percebemos que há algo aí que não se deixa captar por um único nome, mas ainda não se consegue nomear com clareza, ainda que se pense tratar de uma confluência de figuras da *reação moderna*: conservadorismo, fascismo, fundamentalismo. Levando a sério o título do evento (e agora deste livro), havia mesmo dúvidas quanto aos termos no singular, donde serem propostos no plural. Ou quem sabe, a julgar pelas vírgulas, índices de certo paralelismo ou ao menos certa contiguidade, restam dúvidas sobre se a malignidade desses termos está em sua mera contiguidade ou numa espécie de remissão mútua, com laivos de especificidade em cada caso, mas harmonizados os seus efeitos numa comum desagregação da ordem democrática e plural que pensávamos estar sendo aprofundada e ampliada. Desde então, nada menos que isso veio avançando. Ao encadearmos “conservadorismo, fascismo e fundamentalismo”, estaríamos sendo didáticos, reservando um momento específico para o exame de cada termo, uma visada particular para cada feixe de práticas descortinado por sua utilização analítica ou descritiva? Essa aparente clareza cartesiana, na verdade, escondia mais perplexidade e frustração do que confiança quanto ao percurso. Saberemos melhor ao final dele? Mas quando virá esse final?

Por que preocupa tanto, neste momento, a confluência desses significantes? Estamos falando de objetos claramente configurados, dados e, sobretudo, interconectados? Que lógicas ou ansiedades fazem ligar esses termos metonimicamente, como se

⁴ Uma versão inicial deste texto foi apresentada numa sessão do Fórum Penses, promovido pela Universidade de Campinas, sobre o tema “Conservadorismos, fascismos, fundamentalismos”, em 30 de agosto de 2016. O Fórum se propunha a discutir a conjuntura atual, particularmente a brasileira, partindo da indagação se estamos vivenciando uma onda conservadora em política e que outras expressões de conservadorismo estariam presentes nesse cenário. A presente discussão foi proposta na mesa “Religião no espaço público”, da qual participei.

nos falassem de um passado já conhecido e retornante (um fantasma do passado),⁵ ou de um futuro ameaçador, porque decerto só transparece a sanha de destruição do presente? Quem se preocupa? Quem faz essas ligações? Afinal, ao colocarmos o significante “fascismos” entre “conservadorismos” e “fundamentalismos”, não apenas evocamos o trauma em escala mundial do período entre o pós-Primeira Guerra e o pós-Segunda Guerra Mundiais, mas também indicamos que algo se agregou às representações conhecidas, no singular, de cada um desses termos, multiplicando-os, pluralizando-os, complicando-os. Perdemos uma *guerra*? Estamos *entrando* nela? Ou começa *outra*? *Com quem* lutamos ou lutaremos? Decorreria da multiplicidade dos três termos nosso maior medo ou ressentimento? Estaríamos sendo rodeados de figuras múltiplas, sorrateiras ou ostensivas, do mal, às quais não sabemos como resistir? A religião, à guisa de fundamentalismos, é um dos inimigos? As religiões, no plural? Apenas aquelas correntes dentro de cada uma que fazem o jogo dos conservadorismos e dos fascismos? Ou precisamente não o sabemos, porque os fundamentalismos seriam muitos, talvez já não somente os especificamente religiosos?

Como se define a relação entre a enunciação científica num contexto de intensificação dos afetos no cenário político, quando o espaço público se torna sobrecarregado de valores, sentimentos de ameaça e urgência, incivilidade, dissimulação, táticas de defesa e de ataque e uma cacofonia de diagnósticos sobre a crise que vivenciamos (nunca esquecendo a tendência de continuarmos a tomar o Estado-Nação como unidade privilegiada de análise)?

⁵ *Revenant*, em francês, tanto pode significar “retorno” como “fantasma”, “espectro”. Isso não escapou a Derrida (1994) em sua análise do marxismo e da conjuntura pós-queda do Muro de Berlim, em *Espetros de Marx*.

Dados os acontecimentos transcorridos no Brasil desde a posse de Michel Temer na presidência, por ocasião da admissibilidade do processo de *impeachment* contra a presidenta, temos sido atordoados por todas essas questões. Particularmente por serem tão difíceis de responder. Por não sabermos sequer se são estas as melhores, as mais aguçadas. De qualquer modo, eu gostaria de sugerir um percurso para colocar o tema proposto da “religião no espaço público” *neste preciso contexto* de trauma, de medo, de antagonismo, de ressentimento, de percepção de que as fontes do mal se multiplicam e tomam conta, tomam lugar. Falarei *de* religião, não *da* religião. E interrogarei o que é ou se há algo de *especificamente religioso* nesta cena política pós-2014 que o conceito de *fundamentalismo(s)* esclareceria, nomearia, singularizaria. Concluirei propondo que distanciemos um pouco o foco da discussão sobre o componente fundamentalista do trauma para perceber (a) um regime de *publicização da religião* que é irredutível às categorias “fundamentalismo”, “conservadorismo” ou “fascismo” e (b) uma *governamentalidade* emergente, nucleada no conceito de *tolerância*, agora disputada, contestada pelos conservadorismos, fascismos e fundamentalismos, mas nada neutra ou inocente. Nesses dois regimes, o da religião pública e o da tolerância, e entre eles, parecem se jogar alguns lances importantes do que tem sido e será o Brasil dos próximos anos. Mas seria apenas isso que estaria em jogo? O Brasil dos próximos anos?

Autoimunização, ressentimento e antagonismo

Apresento, de partida, minha concordância: há, sim, uma *onda conservadora* (suspendamos, por enquanto, se esse termo substitui e engloba os outros dois). Na religião, na política e, descobri-